



Corremos o risco de terceirizar a cidadania, alerta Lenio Streck

Wikimedia Commons

“Estamos correndo o risco de criar cidadãos de segundo plano, ou de terceirizar a cidadania.” Quem avisa é **Lenio Streck**, advogado, professor e procurador de Justiça aposentado. Segundo ele, as pessoas se acostumaram a recorrer ao Judiciário por cada problema que têm, sem se preocuparem em resolvê-lo pelos próprios meios, ou pelo diálogo.

Em entrevista à revista **Consultor Jurídico**, que será publicada no próximo domingo (10/8), o jurista critica o ativismo judicial no Brasil, que, para ele, “é a vulgata da judicialização”. Enquanto a segunda é algo natural de uma modernidade tardia, em que as pessoas precisam cobrar a aplicação de seus direitos, o primeiro é a substituição dos outros Poderes pelo Judiciário — que fragmenta o sistema.

Atores do ativismo, os juízes precisam, segundo Streck, entender o papel que exercem, distanciando-se das próprias crenças e sentimentos, para que a jurisprudência seja independente do julgador.

Como sanções por erros jurídicos parecem ainda distantes da nossa realidade, Streck propõe é que a doutrina, os pensadores do Direito, se posicionem firmemente, criando um constrangimento para quem decide de acordo com a própria cabeça, pois “o Direito não é relativista”.

Colunista da **ConJur** desde março de 2012, Lenio Streck é autor e coautor de 70 livros, entre os quais [Comentários à Constituição do Brasil](#), que escreveu com o ministro do STF Gilmar Mendes, e o jurista português Joaquim José Gomes Canotinho e o juiz gaúcho Ingo Wolfgang Sarlet.

Date Created

08/08/2014

Wikimedia Commons

